



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0005950

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Mensagem de nº 06, de 17 de maio de 2017.

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei, de origem do Poder Executivo Municipal, que "Concede revisão de subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Sapucaia do Sul". O feito tramita em regime de urgência urgentíssima, e vem instruído com mensagem justificativa, projeto de lei, cópia da LM 3708/2016, que fixou os subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, declaração quanto à adequação do percentual subscrita pelo Secretário Municipal da Fazenda e pelo Procurador Geral do Município, inteiro teor de uma ADIN relativa ao poder de iniciativa para projetos de lei de reajustamento dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito, e finalmente, ofício subscrito pelo gestor que encaminha à Câmara de Vereadores informações sobre a estimativa de impacto financeiro.

PARECER

Inicialmente, é de bom alvitre trazer à colação a regulamentação aplicável no âmbito do Município, constante da Lei Orgânica Municipal:

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.

O mesmo diploma disciplina em seu artigo 36, inciso VI, a competência da Casa Legislativa deliberar sobre os vencimentos dos servidores municipais. Transcrevemos:

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

(...)

VI - criação, classificação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na administração direta e indireta, fixando os respectivos vencimentos observando os limites e orçamentos anuais, e os valores máximos das remunerações conforme



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal; (Grifo nosso).

Já a Carta Republicana Federal de 1988, insculpe a obrigatoriedade do Poder Executivo em assegurar revisão geral anual, na remuneração de seus servidores, na data base da categoria profissional. Determina o artigo 37, inciso X, da CF/88, *in verbis*:

Art.37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Analisando os dispositivos legais supracitados, verifica-se a legalidade da proposição no quesito formal (competência para disposição, e alteração por Lei). Relativamente ao aspecto fiscal, foi juntado ofício declarando desnecessidade de estimativa de Impacto Orçamentário-financeiro. Nesse quesito cumpre apenas anotarmos que o art. 17 da LC101/2000 não possui inciso, mas parágrafo 6º. Independentemente disso, o texto do comando legal citado dispõe:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

(...)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

Grifo nosso.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposição dispõe sobre reajustamento dos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo. Acompanhamos o posicionamento exposto por ocasião da ADIN juntada às fls.07-20 dos autos, que situa projetos de lei desta natureza no domínio da reserva da Administração, espaço conferido com exclusividade ao Prefeito Municipal, e regulamentado no âmbito do Município pelo art. 55 da LOM. Como tramita em regime de urgência urgentíssima, **a apreciação do projeto deve ser realizada em até quarenta e cinco dias** nos termos do art. 57, §1º da LOM, sendo marco inicial, em nosso entendimento, a data de protocolo da mensagem.

Com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o expediente à tramitação regimental, com conclusão às comissões competentes. À consideração superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para o prosseguimento.

Sapucaia do Sul, 24 de maio de 2017

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprova.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257